



PSICANÁLISE

Rafaela Paixão

A criança insubmissa

A potência subversiva do gesto criativo

Blucher

A CRIANÇA INSUBMISSA

A potência subversiva do gesto criativo

Rafaela Paixão

A criança insubmissa: a potência subversiva do gesto criativo

© 2023 Rafaela Paixão

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Luana Negraes

Preparação de texto Maurício Katayama

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Bárbara Waida

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme

6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua*

Portuguesa, Academia Brasileira de Letras,

julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Paixão, Rafaela

A criança insubmissa : a potência subversiva do gesto criativo / Rafaela Paixão. – São Paulo : Blucher, 2023.

300 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5506-366-0

1. Psicanálise infantil. I. Título. II. Série.

22-6070

CDD 155.4

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise infantil

Conteúdo

Agradecimentos	11
Prefácio: o infantil e o <i>infans</i> nos analisandos <i>Daniel Kupermann</i>	15
Apresentação <i>Maria Consuelo Passos</i>	21
Introdução	25
Parte I. Concepções sobre a infância	41
1. A criança insubmissa	43
2. Ser criança	89

Parte II. Potência e criação	149
3. A hipótese da potência subversiva da criatividade	151
4. A criatividade como potencialidade política da criança	207
Conclusão: flertando com a vida	271
Pós-escrito	277
Referências	279

PARTE I

Concepções sobre a infância

1. A criança insubmissa

“Mas que você é, afinal de contas, Emília?”. Ela respondeu de queixinho empinado: “Sou a Independência ou Morte!”. E é. Tão independente que nem eu, seu pai, consigo dominá-la. Quando escrevo um desses livros, ela me entra nos dois dedos que batem as teclas e diz o que quer, não o que eu quero. Cada vez mais, Emília é o que quer ser, e não o que eu quero que ela seja.

Monteiro Lobato

Quem se pergunta o que define a linha imaginária entre dependência e independência parece encontrar nessa epígrafe um indicativo formidável sobre as incertezas que perpassam as relações entre autor e personagem, quiçá entre a família e a criança. Assim como a produção da escrita literária introduz a marca da valiosa construção de personagens, cuja existência é modelada pela mão de outra pessoa, os filhos são também concebidos, formados e educados pelos pais adultos para quem um dia a questão da autonomia se colocará. Podemos nos perguntar em que medida a educação e a

formação dos filhos não seria vivenciada pelos pais como algo semelhante a essa descrição feita por Monteiro Lobato (1956) diante da sua personagem Emília, a Marquesa de Rabicó.

Emília, a conhecida boneca de pano da Narizinho, era teimosa que só ela e não se atrapalhava nas respostas; ganhou vida no Sítio do Pica-Pau Amarelo e surpreendeu a todos com sua tagarelice e sua inteligência. No campo literário, propondo uma potencialidade transgressora em Emília, Sousa (2009) afirma que, “através de sua incomparável ‘torneirinha de asneiras’, essa personagem se apresenta como um alterego da própria infância, garantindo a identificação do público-leitor com a produção de Lobato e todo o seu poder de transgressão e ruptura” (p. 7). O efeito decorre tanto da ideia de trazer vida (literalmente) a uma boneca quanto da possibilidade de acompanharmos todas as transgressões presentes em suas travessuras e em seus modos de brincar com a linguagem. Um verdadeiro deleite ao leitor.

“Emília é o que quer ser, e não o que eu quero que ela seja” diz Lobato na citação que abre o capítulo. A personagem foge à mão do autor durante a escrita, ganhando forma própria e ares de independência, só podendo existir na e pela liberdade. Mas nem o próprio pai (criador) tem domínio sobre Emília? Poderíamos tomar emprestado alguns desses aspectos do campo literário para pensar sobre o comportamento das crianças. Parece-nos que, assim como a personagem que passa a existir para além do autor, a criança precisa experimentar gradativamente a separação dos pais para processar o seu próprio acontecer psíquico. Se é assim, como podemos analisar os desgovernos que participam do processo de autonomia das crianças? Qual o papel da criatividade nesse percurso?

Assumimos como ponto de partida a premissa de que há uma forma de insubmissão expressa pelas crianças em seus diferentes tempos de vida, de diversos modos. Chamamos de insubmissão a

expressão de recusa diante da lei ou norma externa, a posição de questionamento diante da negativa do adulto, a experimentação da realidade a partir do teste de limites e/ou por meio das brincadeiras e tantas outras oposições que a criança forja no meio em que vive.

Em Winnicott (1975) encontramos uma referência ao ato de se submeter, que nos ajuda a pensar sobre o seu antagonismo: “a submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida” (p. 95). Assim formulada, a submissão é vista como um modo de adoecimento e fragilidade subjetiva, nos levando a propor uma desleitura do conceito e inferir que a insubmissão, por sua vez, poderia também expressar uma dimensão de saúde e vitalidade. Se concordarmos com essa dedução, passamos a reconhecer no ato insubmisso elementos psíquicos cujos desdobramentos incidem no processo de amadurecimento da criança. Qual seria, então, o limite entre a expressão de insubmissão insurgente e aquela que compreende uma parte da constituição subjetiva saudável? E mais: se a insubmissão também pode ser vista como uma forma saudável de viver e estar no mundo, uma expressão criativa da criança, como compreender a sua presença no processo de subjetivação da criança?

Pretendemos nos debruçar mais detalhadamente sobre as origens da submissão e da subversão no capítulo seguinte, quando investigaremos as condições de possibilidade para a emergência de uma suposta potência subversiva da criatividade, levando em consideração o(s) contexto(s) em que ela se mostra como criação. Contudo, para que isso aconteça, cabe-nos preparar as bases que justificam essa proposição, começando por apresentar o pressuposto que norteia a elaboração da hipótese dessa tese: a evidência da criança insubmissa. Pretendemos, aqui: (1) definir a insubmissão

da criança; (2) investigar o desenvolvimento da capacidade para ser insubmisso; e (3) apresentar as diferenças entre a atitude insubmissa e a tendência antissocial na infância.

Do gesto espontâneo à insubmissão na infância

Para além da filosofia e da arte, o campo da estética do comportamento humano convida o psicanalista a pensar sobre a importância do gesto espontâneo, sua definição, seu poder, seus efeitos, bem como suas ambiguidades. As diferenças conceituais, portanto, vão da distinção entre ato e gesto no processo de singularização do humano às implicações de escuta e técnica na clínica psicanalítica que toma essas referências. Mais à frente nos debruçaremos sobre as nuances da incidência da estética na clínica psicanalítica, cabendo agora pensar sobre o papel do gesto na constituição psíquica.

A definição de *gesto*, sabemos, é uma tarefa complexa. As múltiplas possibilidades de interpretação, os diferentes tipos de expressão, aquilo que evoca ou provoca, mas, sobretudo, a maneira como é acolhido (recepção) ou não pelo ambiente (um Outro) impossibilitam postular o gesto como um substantivo definitivo, trazendo-o ao campo da experiência. O reconhecimento desta faceta, digamos, móvel, que corresponde à esfera da criação, que inclui o vivido e experimentado na relação, é o acento fundamental sobre o qual gostaríamos de nos debruçar aqui.

Em seu livro *A beleza do gesto*, Galard (2008), ao discutir a dicotomia entre gesto e ato, afirma:

O gesto nada mais é que o ato considerado na totalidade de seu desenrolar, percebido enquanto tal, observado, captado. O ato é o que resta de um gesto cujos momentos

foram esquecidos e do que só se conhecem os resultados. O gesto se revela, mesmo que sua intenção seja prática, interessada. O ato se resume em seus efeitos, ainda que quisesse se mostrar espetacular ou gratuito. Um se impõe ao caráter perceptível de sua construção; o outro passa como uma prosa que transmitiu o que tinha a dizer. O gesto é poesia do ato. (p. 27)

Sendo expressão, o gesto apresenta riqueza simbólica e uma amplitude de sentidos, o que nos permite aproximar essa teorização ao modo como a família concebe e recepciona o gesto espontâneo do bebê, por exemplo. Em trabalho intitulado “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, escrito em 1929, Ferenczi apresenta o papel da hospitalidade no processo de singularização do indivíduo, por compreender que a maneira como o bebê é recepcionado pela família repercute no seu modo de se constituir e, sobretudo, na sua forma de se relacionar com os outros. A proposição ferencziana é conhecida: as crianças que foram acolhidas como hóspedes indesejados na família “sofriam de distúrbios mais ou menos graves de potência” (Ferenczi, 1929/2011c, p. 58). O que aponta a precocidade do trauma nas crianças maltratadas no início de suas vidas ou privadas do amor tempos depois.

Além disso, Ferenczi é um autor que contribuiu de maneira significativa para o reconhecimento do papel do ambiente na consolidação da subjetividade, especialmente no que concerne “a adaptação da família à criança”, título de um de seus ensaios sobre o tema. Nesse trabalho, Ferenczi (1928/2011a) promove uma torção nos modos de compreender as primeiras relações entre o bebê e sua família (ambiente) ao propor um papel ativo, por parte dos adultos, não apenas como presença, mas pela oferta de uma atmosfera de confiabilidade e ternura. Essa visada, podemos dizer, confere à noção de gesto um estatuto de destaque na estética da vida.

A contribuição de Winnicott sobre o tema também se mostra preciosa para pensarmos a maneira como o bebê inicia a criação de si. Para o psicanalista britânico, o acolhimento do gesto singular do bebê por parte da mãe (ambiente) é aquilo que inaugura as possibilidades de sua existência e constitui os fundamentos para a origem do *self*.

Descobrimos que os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. Essa variável nos seres humanos está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade das provisões ambientais no começo ou nas fases primitivas da experiência de vida de cada bebê. (Winnicott, 1975, p. 102)

Assim, o gesto cria e, paradoxalmente, está lá para ser criado na complexa e refinada experiência que circunda o bebê humano. Por meio da relação com um ambiente acolhedor, ele encontra espaço para expressão do seu gesto singular e, como desdobramento, para a origem do seu sentido de existência. Gesto e criação interligam-se variando entre face e verso, início ou fim, objeto objetivo ou subjetivo de uma expressão do bebê que precisa encontrar eco e receber sentidos. Se o ambiente for consistente e capaz de acolher a espontaneidade do bebê, um importante caminho se abre à formação do *self*, como explica Winnicott (1960/2007d): “Periodicamente um gesto do lactente expressa um impulso espontâneo; a fonte do gesto é o *self* verdadeiro, e esse gesto indica a existência de um *self* verdadeiro em potencial” (p. 132).

Ao apresentar o seu argumento, Winnicott associa a ideia de um *self* verdadeiro ao gesto espontâneo, explicando que no início o

gesto do bebê apresenta-se como uma expressão sensório-motora. Mas, aos poucos, o gesto precisa ser complementado pelo ambiente, com vistas a se tornar uma realidade. Só então ele vai sendo modelado e transformado, já que decorreria da expressão do *self* verdadeiro em potencial. Isso nos faz concordar que o percurso inicial da ação (motilidade) ao gesto pode ser visto como uma exigência para a nossa criação, levando-nos a concluir que partimos da ação para, no gesto, expressar criação e potência. Assim, ao longo do processo de amadurecimento, será por meio do gesto e, depois, da ação que expressaremos a potência subversiva da nossa criatividade.

A participação do ambiente, em especial a devoção materna, volta a ser apresentada como parte decisiva do acolhimento (ou não) do gesto espontâneo do bebê. O estado psicológico da mãe, portanto, é condição para a expressão daquilo que Winnicott (1956/2000c) chamou de “preocupação materna primária”: “Não acredito que seja possível compreender o funcionamento da mãe no início mesmo da vida do bebê sem perceber que ela deve alcançar esse estado de sensibilidade exacerbada, quase uma doença, e recuperar-se dele” (p. 401).

Nesse momento, estamos diante de um bebê com o *self* em constituição, cuja fragilidade urge pelos cuidados suficientemente bons da mãe. Ao pai destina-se, segundo Winnicott (1960/2007d), a tarefa de cuidar da “realidade externa para a mulher, de modo a tornar seguro e razoável para ela se tornar temporariamente introvertida, egocêntrica” (p. 135). Contudo, lembramos, esse estado de sensibilidade pode ser oferecido por outro além da mãe.

Não é surpresa, então, que o percurso de uma criança será marcado pelo contexto histórico e transgeracional que ela encontra na família. Esta é a hipótese desenvolvida por Safra (2004) ao

apresentar o gesto criativo como parte da herança psíquica familiar que o origina:

Compreender o homem como ser criativo é vê-lo não como fruto de determinações naturais ou sociais, mas como acontecimento, como aparição. Os elementos sociais e naturais são campos que se organizam como estilo, a partir do nascimento e do gesto que nos apresentam cada ser humano como inédito. (p. 78)

A relação entre tempo e gesto criativo, portanto, atravessa a experiência humana e confere lugar à criança, um posicionamento diante do outro. Assim, segundo o autor, o gesto acontece na tradição, o que o leva a propor que o modo de acolhimento do gesto corresponde ao início do si mesmo do bebê.

De acordo com Safra (2014), três situações seriam possíveis ao bebê: encontrar no berço uma *missão*, um *enigma* ou uma *questão*; todas elas repercutiriam nos modos de expressão do gesto e do percurso de existência da criança. Segundo o autor, na primeira situação o bebê recebe uma missão, cujo propósito seria resolver uma situação familiar ou da comunidade à qual pertence, levando-o a um aprisionamento impeditivo da expressão singular do gesto. A segunda refere-se ao encontro de um enigma no berço, aquilo que não pode ser dito, formulado, e, portanto, capaz de produzir sofrimentos ou enlouquecimentos. Não é difícil, então, compreender que nessa possibilidade o gesto singular do bebê é atropelado pela memória, que “passa a nortear o gesto das pessoas, re-significando a história” (Safra, 2002a, p. 830).

Por fim, a terceira possibilidade seria o encontro com uma questão. Por ocasião dessa experiência o bebê viveria, em transicionalidade, aquilo que é transmitido pelas gerações anteriores,

colocando em jogo as questões da cultura e de sua tradição familiar a fim de constituir o seu estilo próprio, seu destino. Encontrar uma questão no berço colocaria o gesto do bebê em direção ao porvir.

Essa apresentação dos modos pelos quais o bebê constitui-se na tradição nos permite recolocar o paradoxo que atravessa a constituição do *self*, uma vez que, apesar de enovelados na trama que nos recepcionou, o gesto é o caminho a partir do qual os modos de singularização se dão. Dito de outro modo, a criança encontra diferentes possibilidades na sua chegada ao mundo, algumas impeditivas, outras mais facilitadoras para a expressão do seu gesto singular, entretanto, elas não a determinam, em princípio. Isso porque jamais poderemos desconsiderar que o gesto porta, em potência, a dimensão de criatividade humana, absolutamente singular.

O estado de constituição de si mesmo, sabemos, é essa complexa teia de novelos que dependem do ambiente para ser unidade. Inicialmente em potência, posto que as ações são antes puro gesto (ainda sem significações ou traduções), para em seguida ir se transformando em gesto singular. À medida que o acontecimento psíquico vai se dando, o gesto espontâneo vai se transformando em gesto singular, ou seja, poderíamos assim dizer que ele nos permite ler os diferentes modos de expressão do *self* verdadeiro. Afinal, para Winnicott, o gesto espontâneo está ligado ao *self* verdadeiro e será a partir dele que as bases para a ilusão de onipotência, tão necessária ao desenvolvimento do indivíduo, vão se constituir.

Noutras palavras, o que há inicialmente é o puro gesto, bruto e sem portar significado, desprovido de responsabilidade com o outro e sem referir-se a uma comunicação. A meta final seria a constituição de um gesto espontâneo singular, que expressa um modo de ser, um idioma pessoal. Nas palavras de Safra (2004):

Todo acontecimento humano, o saber, o gesto, a sexualidade encontra-se referido ao ethos humano. A partir desse ponto de vista, podemos compreender o sofrimento humano, a psico-pathos-logia, como a notícia da maneira peculiar como uma pessoa conseguiu ou não pôr em marcha as questões de sua existência. (p. 122)

Da ação ao gesto (que funda o sujeito), passamos a pensar na sequência invertida, em que sairíamos *do gesto à ação*, cujo resultado seria a criação de si. Nestes dois percursos, que nos parecem intercambiáveis e interdependentes, portanto indissociáveis, a noção de insubmissão entra como uma fenda a ser analisada. As formas de insubmissão na infância trazem as relações entre o gesto e as ações, levam em consideração o processo de amadurecimento da criança e, sobretudo, as incidências do ambiente na modulação de sua expressão e seu sentido.

Sobre algumas formas de insubmissão da criança

Longe de querer encontrar a gênese da insubmissão, aqui nos propomos a apresentar uma definição possível da noção de insubmissão. Segundo o *Dicionário Michaelis* (online), insubmissão é: “1. Qualidade de insubmisso. 2. Falta de submissão”. Para o verbete insubmisso, encontramos ainda a seguinte definição: “1. Não submisso. 2. Independente. 3. Ativo” (Michaelis, s.d.). A qualidade de não se submeter, como caracterizada pelo termo citado, interessa-nos em particular por comportar uma tendência à liberdade e à não sujeição, aspecto que nos parece fundamental no processo de constituição de si.

Como elemento de insubmissão na infância, para além das ditas formas de resistência, aqui estamos considerando a dimensão

potencialmente ativa da subjetividade, entendida por meio da experiência criativa. Nesse sentido, podemos supor que a insubmissão, tomada como uma reivindicação à vida, estaria presente na dimensão de temporalidade e curiosidade que transforma as experiências infantis numa plataforma de descobertas. Entretanto, longe de definir a insubmissão como marcador referencial no processo de constituição psíquica, tarefa que pensamos estar mais relacionada à condição do brincar (Winnicott, 1975), gostaríamos de apresentar a evidência de insubmissão e os seus modos de expressão na infância, ideias que se mostram sintônicas à proposição de uma via espontânea e constitutiva da subjetividade, que não se define unicamente como agressiva.

Não sendo nossa intenção delinear e discutir o conceito de agressividade à luz da psicanálise, é importante destacar que o estudo sobre a criança insubmissa nos convida a pelo menos borderajar a questão. Para Birman (2006), teríamos três versões sobre a agressividade em Freud, Winnicott e Lacan, que se encontram pelo “imperativo da alteridade, representado pela mediação do outro como condição constitutiva do sujeito” (p. 375). Privilegiamos as contribuições de Winnicott pelo modo como concebe as raízes da agressividade a partir de uma complexa teorização construída como parte do processo de desenvolvimento psíquico da criança. Extraímos dos seus textos conceitos fundamentais para discutir o fenômeno da insubmissão, tentando formular em conjunto uma proposição sobre as formas de insubmissão relacionadas ao processo de amadurecimento da criança. Para o aprofundamento dos seus efeitos, por fim, trazemos para esse debate as ideias de Radmila Zygouris (2000) e Jessica Benjamin (1988/2013) sobre a questão da submissão e dos mecanismos de domínio nos relacionamentos sociais, respectivamente.

O esforço metodológico corresponde, de início, a uma tentativa de diferenciar a insubmissão da criança sem realizar uma sobreposição com a concepção de criatividade, tampouco com a noção de agressividade em Winnicott. Estamos conscientes de que dentro do arcabouço teórico do psicanalista britânico é difícil não misturar o papel da agressividade com o que estamos referindo como uma disposição subversiva da criança à não submissão. No entanto, consideramos ser possível compreender o fenômeno isoladamente, em especial se nos debruçarmos sobre o papel dos mecanismos de submissão e autonomia a partir dos laços de amor vivenciados na infância.

Para Phillips (2006), na obra de Winnicott, o “potencial agressivo” seria o equivalente ao potencial de desenvolvimento. Isso pode ser explicado pelo fato de Winnicott (1959-1964/2007c) apostar numa reconsideração da metapsicologia freudiana ao propor que “a agressão é vista mais como evidência de vida” (p. 117). O que o levou a reformular a noção de regressão, ao pressupor que esta deve ser pensada como uma regressão à dependência, que valoriza a capacidade do indivíduo de “se curar” – chamada, na teoria winnicottiana, de tendência inata para o amadurecimento. Essas contribuições de Winnicott se desdobraram numa leitura diferente das noções de saúde¹ e doença em psicanálise, implicando novas estratégias de cura² na clínica psicanalítica, em especial em nossos tempos. Deixamos, porém, o aprofundamento dessa discussão para outro momento.

Aqui interessa-nos destacar que o reconhecimento do vitalismo como marca do humano “assinala a convicção fundamental

1 Sobre a noção de saúde na obra de Winnicott, ver o artigo de França, Passos e Rocha (2014).

2 Para maiores reflexões sobre o tema em psicanálise, sugerimos a leitura de Figueiredo (2018).

de Winnicott quanto ao fato de sermos, antes de sujeitos da cultura, seres vivos, naturais” (Bezerra Jr., 2007, p. 37). O que explica a leitura da agressividade feita por Winnicott, que desloca o conceito de uma visão unicamente pulsional e sinônimo de destrutividade para incluí-lo como parte do processo de desenvolvimento emocional.

Qual a origem, então, da agressividade? Winnicott (1950-1955/2000a) responde: “a agressividade faz parte da expressão de amor” (p. 289). É a expressão da oralidade, do amor primitivo sentido e vivido pelas experiências, corporais e não corporais, que envolvem a vida do bebê. Assim, a força vital, presente desde a vida intrauterina, corresponderia à “agressão primária que não era nem uma pulsão, nem sinônimo de qualquer ímpeto de destruição” (Phillips, 2006, p. 155). Sobre essas relações, Winnicott (1950-1955/2000a) dirá tratar-se “de uma era em que, se a destruição é parte do objetivo do impulso do id, sua presença ali é meramente incidental à satisfação” (p. 296). Para ele, então, há certa destrutividade, mas insiste em mostrar que esta ainda não é de responsabilidade do ego, visto que este ainda não se encontra integrado. Tommasi (1997) explica a relação entre as noções de agressividade e integração psíquica na obra do autor:

Winnicott coloca a teoria da agressividade no interior da teoria da integração. Não vê a agressão como um elemento de constituição dessa unidade, pois não há dualismo inicial. A função da destruição é permitir que o bebê saia do mundo subjetivo para o objetivamente percebido. Então, em Winnicott, pulsão é destruição e, no entanto, ela é um fator de unificação, é uma passagem maturacional, que provoca o amadurecimento do indivíduo sem quebrar a sua unidade primária. É

uma condição de possibilidade de uma construtividade posterior. (p. 75)

Nesse sentido, o bebê precisa expressar ao máximo a sua motilidade espontânea, cabendo ao ambiente e à realidade frustrar e promover a contraposição necessária à formação da agressividade. O gesto impulsivo será transformado em potencial de agressividade, a depender da quantidade de contraste que encontra no ambiente, tal como explica Winnicott (1950-1955/2000a): “os impulsos agressivos não proporcionam nenhuma experiência satisfatória a não ser que encontrem oposição. A oposição deve originar-se no ambiente, no *Não-eu* que gradualmente vai se distinguindo do *Eu*” (p. 301, grifos do original).

Ainda que de modo sutil e rudimentar, a marca desse ato inaugural de insubmissão nos remete ao reconhecimento de uma força vital do bebê. Sendo a agressividade expressão de motilidade nesse momento inicial, somos levados a pensar, paradoxalmente, que a insubmissão é antecedida pela submissão enquanto pré-condição para a postura que se segue. Desse modo, consideramos que o pressuposto para a ideia de insubmissão, a partir de uma leitura winnicottiana, não se resume ao reconhecimento das raízes da agressividade, mas acena também para a necessidade de uma compreensão sobre o percurso de integração subjetiva.

Além das incidências do ambiente, o que inclui especialmente a presença da mãe, o gesto da criança precisa vir carregado de vigor, ou seja, faz diferença a maneira como ela expressa o seu potencial agressivo. Sobre isso, devemos lembrar que a condição de maturidade psíquica da criança é uma referência decisiva para a análise da sua expressão agressiva, permitindo afirmar que, quanto mais consolidada esteja a sua integração egoica, maior a possibilidade de integrar a agressividade nas experiências relacionais. A

evidência da atitude de insubmissão da criança, portanto, pressupõe reconhecer, do ponto de vista psíquico, o início das relações de objeto.³

Se no início a mãe exerce as interdições, modula os gestos de seu bebê e, sobretudo, o protege, filtrando os estímulos externos e oferecendo espaço para a expressão do mundo interno, com o passar do tempo, será a partir das relações com o outro que esses movimentos se darão. O que nos permite afirmar que, anteriormente à condição de se relacionar com o objeto subjetivamente percebido, ainda não podemos reconhecer a presença de uma postura insubmissa tal como aqui formulada. Ela ainda não seria possível.

Assim, a agressividade é “valiosa para o indivíduo porque traz consigo a sensação de realidade e a sensação de estar se relacionando” (Winnicott, 1954-1955/2000b, p. 304), o que implica que os seus modos de expressão também guardam relação com a etapa de amadurecimento da criança. A potência de agir e a capacidade de levar a vida de um modo próprio dependem, portanto, de uma confiança interna fruto dos vínculos estabelecidos com os outros, o que vai conferindo uma continuidade para a existência e um contorno para a subjetividade que se forma. Essa, portanto, é uma conquista gradativa que não poderia ser tomada como sinônimo da potência agressiva, mas que pensamos estar associada a uma postura de segurança no vínculo e no ambiente. Seria o desdobramento da potência agressiva, a partir das relações vividas, que daria espaço para isso que estamos chamando de *atitude insubmissa*.

Já esclarecemos que a idade da criança, em especial a sua condição psíquica de maturidade, guarda relação direta com os seus modos de expressão, que correspondem a um modo particular de expressar sua resistência constitutiva. Nesse contexto, inferimos

3 Para um estudo mais aprofundado do tema, consultar Gurfinkel (2017).

que há diferenças nas formas e nas intensidades da postura da criança insubmissa, referidas aos marcadores da constituição psíquica da criança; eles se diferenciam pelos modos de apresentação no comportamento da criança, bem como pela função que exercem na modulação psíquica rumo à independência.

Como exercício teórico-conceitual, portanto, destacamos quatro momentos do processo de amadurecimento da criança e suas respectivas formas de expressão insubmissa: a insubmissão (a) *como diferenciação* (separação), (b) *como experimentação* (dizer “não”), (c) *como autonomia* (afirmação de si) e, por fim, (d) *como defesa* (adoecimento). Essas quatro categorias são somente exemplos de formas de insubmissão que pensamos estar intrinsecamente relacionadas ao *processo de desenvolvimento da criança*.

(a) Insubmissão como diferenciação

Propomos que a *insubmissão como diferenciação* seja vista como uma forma de expressão da criança resultante da conquista da capacidade de se preocupar com o outro, relativa à elaboração da chamada posição depressiva. Conceituada por Melanie Klein (1935/1996) e desenvolvida por Winnicott (1954-1955/2000b), a posição depressiva pertenceria ao período do desmame, etapa da vida do bebê que corresponde também ao reconhecimento, por parte dele, da existência de uma exterioridade. A conquista dessa fase, portanto, não é apenas o início das ricas relações ambivalentes com a mãe, mas a experimentação vivida pelo bebê de que está se tornando uma pessoa inteira.

Para tanto, sabemos que um percurso inicial da mãe com o seu bebê já aconteceu de maneira bem-sucedida, o que implica dizer que a fusão inicial cedeu a uma adaptação gradativa e sensível da mãe às necessidades do lactente, levando-o a vivenciar um

desenvolvimento inicial saudável. Se compreendemos, como nos ensinou Winnicott (1956/2000c), que “a constituição inicial do ego é silenciosa” (p. 403) e decorre das experiências suficientemente boas com a mãe, a confiança se mostra como um elemento fundamental para que o ego comece a ser capaz de suportar as frustrações que virão. Noutro capítulo, falaremos mais sobre o papel da confiança nesse processo.

Por ora, pretendemos lembrar que, no escopo teórico da obra de Winnicott, a elaboração da posição depressiva concerne ao período de dependência relativa, momento em que o bebê começa a experimentar gradativamente falhas no ambiente e vivenciar a desilusão diante da perda do sentimento de onipotência; na sequência, ocorre a instauração de um sentimento de culpa em relação à mãe que justifica o desenvolvimento da capacidade de se preocupar da criança.

A pergunta que se coloca, então, é: como podemos relacionar essa complexa trama de acontecimentos às origens de um processo de insubmissão da criança? Sugerimos que o ato inaugural de insubmissão da criança é resultante dos efeitos da necessária separação entre a mãe e o bebê, desfazendo a fusão. Isso levará à integração da agressividade. Nesse período, os “impulsos agressivos e eróticos dirigidos ao mesmo objeto e ao mesmo tempo” (Winnicott, 1963/2007b, p. 71) levam a uma transformação da agressão primária em capacidade de se preocupar, se responsabilizar.

Parte do apetite e do amor vividos pelas experiências de destruição são gradativamente transformados a partir da relação objetal, o que promove um sentido de existência pelo estabelecimento de um *self unitário* que vem a favorecer o ciclo benigno. Destacamos, nessa ocasião, a postura do bebê, que começa a exercitar ataques vorazes ao seio da mãe, mordendo-o ou outras partes do corpo materno, o que corresponde ao que Winnicott

(1954-1955/2000b) chamou de amor instintivo. A tentativa expressa de devorar o que vem pela frente inicia-se sem nenhuma ressalva, o bebê ataca sem piedade. Se, ao invés de oposição, o bebê encontra um ambiente capaz de não retaliar, um ambiente que sobrevive aos seus ataques, aos poucos ele começa a experimentar um sentimento de culpa que o leva a perceber os efeitos de suas investidas agressivas na mãe (ambiente). Isso faz o bebê, então, desejar modificar o cenário impiedoso.

A culpa surge através da junção das duas mães, e do amor tranquilo ao amor excitado, e do amor ao ódio, e este sentimento vem compor, à medida que cresce, uma fonte normal e saudável de atividade nos relacionamentos. Esta é uma das fontes da potência e da construtividade sociais e também do desempenho artístico (mas não da arte em si mesma, cuja origem é mais profunda). (Winnicott, 1954-1955/2000b, p. 365, grifos nossos)

Ao colocar essa etapa como “umas das fontes da potência”, Winnicott nos leva a especular sobre a ideia de uma *insubmissão inaugural*, que estaria referida a esse período. Falaríamos, assim, de uma oposição inicial que fomenta a insubmissão inaugural pelo gesto de oposição, pela presença do outro e pela da sua corporeidade. Isso corresponderia ao movimento potencial do bebê para, ao se diferenciar da mãe, seguir em frente rumo aos relacionamentos interpessoais.

É importante ressaltar que não se está falando, nesse momento, de frustração, mas sim de presença corporal, que, ao se opor à criança, dá a ela a possibilidade de se apropriar de sua musculatura e também de encontrar

sentido para o seu movimento, para a dimensão motriz. . . . Há, portanto, o gesto que se constitui pela criação do objeto e da sensualidade e o gesto que desempenha oposição. São experiências distintas, que se organizam separadamente e apenas se integram, ao longo do tempo, pelo holding proporcionado pela mãe. (Safra, 2005, p. 100)

A apropriação de sua corporeidade, somada à elaboração da posição depressiva por parte do bebê mediada pelo *holding* materno, abre espaço para a instauração de um campo psíquico para novas experimentações. Pensamos poder dizer que é nesse campo que se institui a *insubmissão inaugural*, que poderíamos ler como *gesto teórico*. Propomos que essa ação resistente introduz a *insubmissão* na vida subjetiva.

(b) Insubmissão como experimentação

Se estamos de acordo com essa precondição de uma *insubmissão inaugural*, gostaríamos agora de destacar um segundo momento no processo de subjetivação da criança, em que a *insubmissão* se expressa de maneira mais visível ao ambiente externo. Estamos falando de um tempo em que a *insubmissão* é vivida *como experimentação*. Mas a que experimentação estamos nos referindo? Propomos que o uso do “não” pela criança pode ser definido como o protótipo desse momento.

Em seu livro *O primeiro ano de vida*, René Spitz (2004) apresentará a ideia de que o psiquismo infantil se estrutura a partir de três organizadores da psique: o sorriso, o estranhamento e o domínio do “não”. Tomando emprestada a pesquisa de Spitz, que descreve um período pré-objetal, outro de integração/constituição

egoica e o posterior desenvolvimento da relação objetal, respectivamente, encontramos um forte argumento para a nossa proposição de que a atitude de insubmissão também participaria da formação psíquica. Se nos detivermos sobre o que significa o uso do “não” nessa etapa, precisamos considerar, como aponta o autor, a diferença entre o movimento negativo e a semântica do “não”. Haveria, portanto, uma transição gradual vivida pelo bebê, que aos poucos começa a ser capaz de expressar a negativa como um gesto semântico. Em suas palavras:

Talvez este seja o mais importante ponto crítico na evolução, tanto do indivíduo quanto da espécie. Aqui, começa a humanização da espécie; começa o zoonpolitikon; começa a sociedade. Pois este é o início de trocas recíprocas de mensagens, intencionais, dirigidas; com o advento dos símbolos semânticos, toma-se a origem da comunicação verbal. (p. 194)

A riqueza dessa compreensão reside na percepção não apenas do papel da negação como organizador psíquico da criança, mas também de como ela se apresenta enquanto elemento de iniciação das experiências civilizatórias e políticas. Seria, assim, a partir da *insubmissão como experimentação*, transformando gesto em ação, que a noção de insubmissão imprimiria a marca de uma conotação subjetivante e propositiva enquanto efeito no social. A função das relações, em especial da recepção do gesto espontâneo, mostra-se como parte importante da livre expressão da atitude negativa, tão necessária à constituição psíquica.

Talvez pudéssemos propor que a *insubmissão como experimentação* se inicia enquanto experimentação do “não” como organizador da psique, mas não se restringe a essa função, na medida

em que também se presta à expressão da insubmissão como teste da realidade, o que produz efeitos na subjetividade da criança. Além do uso do “não”, podemos citar as experiências corporais das crianças como um outro modo de exercício dessa experimentação. Fechar a boca evitando o alimento, o controle das fezes e até mesmo as mordidas podem ser vistos como um modo de resistência ou recusa, ou seja, podem expressar formas de insubmissão que participam do processo de amadurecimento.

Assim, as experiências de oposição e negação podem ser interpretadas como necessárias à condição de independência e, por isso, se fazem presentes também a partir das brincadeiras infantis. O gosto das crianças por brincadeiras em que exercitam o “não” é um exemplo disso; nelas a criança costuma testar a moldura que o ambiente confere (seja na fala do adulto ou no espaço físico onde a brincadeira acontece), colocando-o à prova, a partir da brincadeira de desobedecer. Normalmente se dá assim: a criança brinca que faz algo errado, é pega no flagra pelo adulto e termina sendo alvo de uma grande reclamação, seguida de um castigo severo. A brincadeira instalada é um teste dos limites, das regras e das normas; estas são transgredidas – destruindo dentro da brincadeira o pacto social – e reafirmadas enquanto tal pela sanção (o castigo) que barra a insubordinação. A destrutividade pela via do ataque ao estabelecido por meio da desobediência dentro da brincadeira possibilita a experimentação do que significa destruir e criar, sem perdas. Obviamente, a presença do humor ao final do jogo denota o caráter de modulação psíquica ofertado pela brincadeira compartilhada. Risos! E tudo recomeça: nova desobediência (ou a mesma, geralmente), nova reclamação e castigo por parte do adulto. Seguem brincando...

Consideramos que esses aspectos aqui brevemente apontados parecem confirmar o papel desempenhado pelo uso do “não” como

primeiro elemento abstrato do bebê, tal como defendeu Spitz, mas também como início da estruturação da função da resistência (in-submissão) no processo de amadurecimento

(c) Insubmissão como autonomia

Um outro modo de relacionar o processo de amadurecimento aos modos de insubmissão é o encontro com o processo de busca pela autonomia. Para desenvolver a ideia da *insubmissão como autonomia*, voltemos à teorização winnicottiana. Em 1957, Winnicott escreve um artigo em que defende a condição paradoxal que marca o processo de independência da criança, ao afirmar que uma das expressões do amadurecimento emocional da criança reside em sua capacidade *de ficar sozinha na presença do outro*. Nesse trabalho, desenvolve a ideia de que “a base da capacidade de ficar só é um paradoxo; é a capacidade de ficar só quando mais alguém está presente” (Winnicott, 1958/2007a, p. 32), ampliando a complexidade do debate sobre a autonomia. É interessante notar que volta a ser destaque o papel desempenhado pela mãe (ou ambiente), pois será por intermédio da condição dessa oferta e da forma como a experiência de ficar só na presença do outro é acolhida e vivida pela dupla que poderemos reconhecer a presença da maturidade emocional, por fim. Em suas palavras:

Considero, contudo, que “estar só” é uma decorrência do “eu sou”, dependente da percepção da criança da existência contínua de uma mãe disponível cuja consistência torna possível para a criança estar só e ter prazer em estar só, por períodos limitados. (Winnicott, 1958/2007a, p. 35)

Nesse sentido, a autonomia e a apropriação de si mostram-se imbricadas aos modos de constituição do vínculo, resultando da experiência de estar junto e da capacidade de se separar, também, só que agora uma separação por independência. Nessa etapa do processo, o objeto subjetivo já foi internalizado e o distanciamento é vivido sem sentimento de ruptura abrupta. A demanda de amor, portanto, oferece um espaço para a expressão da necessidade de estar junto, sem estar fundido (corporal ou psiquicamente); isso explica por que o desligamento psíquico se tornou uma realidade para o par.

A autonomia se fundamenta na noção de que para ser independente é necessário viver e exercer a dependência: um verdadeiro paradoxo. Se desenvolvemos essa concepção tentando relacioná-la à ideia da insubmissão, poderíamos afirmar que, como nessa etapa do desenvolvimento a conquista da “capacidade de estar só na presença do outro” mostra-se uma rica conquista, a *insubmissão como autonomia* corresponderia a uma expressão do avanço da subjetividade da criança dentro do contexto a que ela pertence.

Na literatura de ampla circulação – como revistas, *blogs* e jornais –, é comum o uso do termo “adolescência dos bebês” ou “*terrible twos*”, traduzido como os terríveis dois anos, uma referência a um período (entre 1 ano e meio e 3 anos) em que as crianças costumam apresentar rompantes de desobediência. Para os pais, essa é uma etapa de grande dificuldade, pois os conflitos aumentam e os cuidados com a criança tornam-se mais trabalhosos. Birras, explosões de choros e gritos diante de frustrações, aumento de desobediências e resistências para fazer as atividades diárias são alguns dos exemplos de mudança descritos pelas famílias. Para além das orientações aos pais e responsáveis, interessa-nos apontar que essa mudança de comportamento da criança implica um processamento psíquico de separação entre o eu e o mundo, ou

seja, resulta de uma busca da criança pelo governo de si, pela própria liberdade. Paradoxalmente, só poderá ser bem-sucedida se o ambiente for capaz de acolher e, quando necessário, conter os gestos da criança, transformando-os a partir da moldura das relações, com a oferta de atenção e cuidado empático daqueles que se ocupam dos pequenos.

Assim, o exercício de *insubmissão como autonomia* corresponde a uma conquista processual, iniciada no primeiro tempo de constituição psíquica da criança, quando ela vivencia gradativamente a conquista de uma solidão acompanhada e não desintegradora. A insubmissão como autonomia também deve ser interpretada como um processo contínuo de produção de liberdade ao longo de uma vida, enquanto espaço de suporte social consistente, contraponto ao ideal de autonomia absoluta (Mizrahi & Garcia, 2007). Assim, a condição de ser capaz de estar só na presença do outro é uma experiência constitutiva da subjetividade infantil, mas será permanentemente reeditada em seus paradoxos, a cada nova investida da criança rumo à independência.

A noção de autonomia absoluta, contudo, precisa ser problematizada. Ela foi apontada por Mizrahi e Garcia (2007) como uma questão a ser analisada no individualismo contemporâneo e encontra na concepção da “capacidade de estar só” diante do outro, como proposta por Winnicott, uma possibilidade de contraponto crítico para a experiência social desses tempos:

A realização do impulso individual criativo depende, portanto, da presença de alguém que tolere, com níveis de resistência que variam ao longo do desenvolvimento, o movimento criativo de apropriação do mundo. Essa noção de gesto criativo, que implica na necessidade de encontrar do lado de fora uma certa oposição para

satisfazer-se, contribui, a nosso ver, para que o pensamento paradoxal de Winnicott possa romper com o antagonismo entre indivíduo e sociedade, satisfação individual e laços coletivos. (p. 274)

Nesse sentido, a realidade social, ao fazer-se oposição, sem retaliação (o que significa suportar os ataques agressivos sem romper as relações), abre espaço para a formação do espaço transicional criativo, pressuposto para a liberdade. Do ponto de vista da infância, podemos fazer essas ideias trabalharem ao refletir sobre o papel das escolas como espaço de moldura e experimentação das oposições para a criança. Quando a escola pode sobreviver, sem retaliar, às investidas insubmissas, agressivas e por vezes desorganizadas da criança em formação, ela fomenta na relação entre família e sociedade (representada aqui pelo ambiente coletivo da escola) a possibilidade de construir um espaço intermediário cuja qualidade fundamental é criar. As expressões saudáveis do ódio, portanto, ao não se constituírem num risco iminente de quebra dos vínculos entre a criança e os adultos envolvidos, transformam-se em espaço potencial, zona de criação, como formulada por Winnicott.

Diante da abertura que se promove no processo dessa autonomia, abre-se espaço subjetivo para a constituição da identidade e das identificações. A criança, diante dessa elaboração subjetiva, passa a ser capaz de reivindicar um espaço de existência na vida familiar, escolar e social, que se desdobra como efeito político, efeito de implicação e intenções enquanto sujeito de fala. A criança experimenta uma existência libertária e de articulação política, no sentido de ação para o mundo, quando a elaboração da autonomia decorre de um ambiente que oferece confiabilidade no vínculo, bem como de um processo de subjetivação saudável. A criança

passa a ser capaz de reivindicar seu lugar no mundo, expressar suas raivas, criar a si, ter amigos e viver socialmente.

(d) Insubmissão como defesa

Por fim, analisaremos brevemente o que se dá quando a insubmissão se expressa como defesa. A *insubmissão como defesa* decorre de percalços no caminho da criança que, não encontrando um ambiente suficientemente sensível às suas necessidades, tem dificuldade de encontrar a transicionalidade necessária para a criação e para o estabelecimento da integração psíquica. Na realidade das escolas e das famílias, é comum certa confusão de interpretação sobre a insubmissão, que tende a ser vista como reação a um ambiente hostil e, por isso, se distancia do modo de leitura que estamos propondo. Nossa hipótese é que haveria, então, uma forma de agressividade que é expansão individual, gesto espontâneo, e outra pela qual o indivíduo se defende de um encontro invasivo, tal como se expressa nos adoecimentos narcísicos. A reação seria, portanto, a marca de uma insubmissão que começa a se configurar como expressão de adoecimento. A criança reage expressando resistência ao que vivencia como traumático, numa tentativa desesperada de reivindicar e/ou de restaurar o que teve e perdeu. Enseja-se, assim, a problemática da *privação* ou *deprivação*, cujas repercussões comprometem o processo de amadurecimento previsto no desenvolvimento das crianças e nos levam a uma interpretação da insubmissão como expressão reativa que precisa de contenção. Esse aspecto será mais bem desenvolvido no tópico seguinte.

Podemos resumir assim: a insubmissão corresponde a uma conquista gradativa e contínua da criança que foi capaz de constituir o desenvolvimento egoico a partir da experiência de confiança. Uma criança que foi/é capaz de lutar e se constituir autonomamente sem

adoecer diante das falhas, desadaptativas e comuns, do ambiente. A ideia central, portanto, reside no reconhecimento de que os laços afetivos exercem papel de grande importância na consolidação das expressões criativas, especialmente aos olhos de uma vertente teórica cujo foco é a dimensão intersubjetiva.

Em artigo intitulado “A criança do júbilo”, Radmila Zygouris (2000) discute o tema da submissão a partir de uma leitura psicanalítica e oferece uma possibilidade de interpretação da questão da insubmissão da criança. Destacando as relações entre a submissão e a dependência, em especial o discurso sobre a obediência na infância, a autora considera que uma “submissão ordinária” é parte da exigência social e necessária à constituição subjetiva das crianças. Isso indicaria os motivos pelos quais as expectativas dos pais em relação aos filhos e destes em relação ao reconhecimento da família acabam por se configurar como aporte mantenedor das experiências de submissão no processo de subjetivação.

Zygouris destaca também que as demandas de amor e a exigência de submissão caminham juntas, levando-a a propor três momentos-chave no devir da criança que nos ajudam a analisar a questão. São eles: o *Fort-Da* (Freud), o estágio do espelho (Lacan) e a descoberta do objeto transicional (Winnicott). Assim, reafirma que o processo de subjetivação da criança é impactado diretamente pelo momento do desenvolvimento em que esta se encontra. Ao defender que toda descoberta liberta e é jubilatória, Zygouris (2000) explica seu argumento:

Emito a hipótese de que a série jubilatória da infância constitui o primeiro alicerce sobre o qual virão se apoiar as tentativas posteriores de libertação do adulto, assim como sua capacidade de insubmissão e sua aptidão a resistir à opressão que, ao contrário do que

frequentemente se afirma, não tem sistematicamente a agressividade por motor exclusivo. (p. 40, grifo nosso)

Paradoxalmente submissa e ativa às investidas daqueles que dela se ocupam, a criança ora se submete por necessidade ou amor, ora expressa uma revolta criativa em direção à ruptura dessas exigências rumo à independência. Assim, a série *submissão-libertação-júbilo* corresponderia à abertura para a libertação do adulto, constituindo não apenas uma capacidade de insubmissão, mas também uma aptidão para resistir por uma via criativa. Em outras palavras, funda o devir do sujeito se apoiando nas aptidões da própria criança com a (única) condição de que ela as tenha conseguido graças a um ambiente familiar suficientemente bom.

A criança do júbilo, portanto, figura como “personagem conceitual”⁴ que promove libertação e alegria, mediada pelo que Zygouris (2000) chamou de quinto conceito fundamental da psicanálise, o afeto:

O afeto está no cerne de qualquer libertação, de toda revolta e impulso libertário, assim como de toda criação. Libertar-se de uma submissão, implica a propulsão de uma força do Eu e de um desejo, uma relação ao pathos e uma atualização do afeto. (p. 36)

As relações entre afeto, liberdade e criação colocam-se como aspectos que participam do processo de subjetivação da criança, bem como dos modos de vinculação e insubmissão. Isso nos leva a

4 Aqui a autora faz referência “àquilo que Deleuze e Guatarri denominaram ‘personagens conceituais’: O Idiota ou Bartleby, a Criança do *Fort-Da*, a criança do Espelho, a criança do Objeto Transicional são personagens conceituais da psicanálise” (Zygouris, 2000, p. 43).

refletir sobre as relações de dominação a partir dos laços de amor que marcam a infância e perduram por toda a vida. Por essa razão, o encontro com as ideias de Jessica Benjamin sobre o papel dos reconhecimentos narcísicos para a libertação e a autoafirmação mostra-se como um complemento às proposições de Radmila Zygouris. Em seu livro *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*, Benjamin (1988/2013) apresenta a hipótese de que o reconhecimento é parte fundamental da constituição da criança, em especial como a sua presença ou não pode interferir e constituir-se como elemento de dominação e submissão. “Novamente, começando com a luta do bebê para se individualizar”, diz a autora, “vemos quão prontamente a reação contra a dependência pode se transformar em amor ideal pelo poder paterno” (p. 222, tradução nossa).

O percurso teórico da autora fundamenta-se na noção de intersubjetividade e, portanto, é dessa noção que decorre toda a sua argumentação sobre o conflito entre reconhecimento e autoafirmação que perpassa as relações amorosas da criança. Para ela, os laços de poder e violência também estão relacionados aos modos de constituição dos vínculos de amor e, nesse sentido, a inabilidade para sustentar os paradoxos da interação justificaria as experiências de dominação e submissão nas relações afetivas. Em suas palavras:

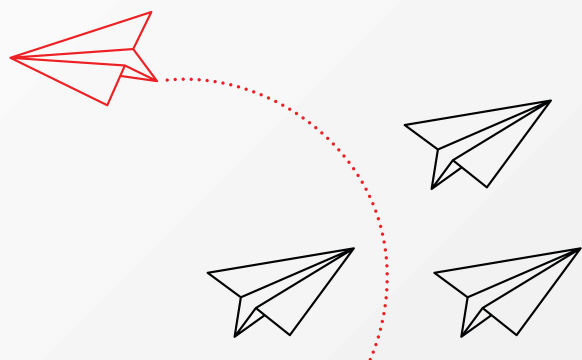
Resumidamente, a dominação e a submissão resultam de uma ruptura da tensão necessária entre a autoafirmação e o reconhecimento mútuo que permite que o eu e o outro se encontrem como iguais soberanos. Afirmação e reconhecimento constituem os polos de um delicado equilíbrio. (Benjamin, 1988/2013, p. 12, tradução nossa)

Essa compreensão sobre o processo de subjetivação, que caminha rumo à afirmação a si e à conquista da independência – paradoxalmente, sempre relativa –, é também uma das grandes contribuições das leituras psicanalíticas que enfatizam a intersubjetividade, como vemos na obra de Winnicott. A definição de insubmissão da criança e o olhar sobre os seus diferentes modos de apresentação na infância nos ajudam a ampliar e complexificar qualquer leitura que se pretenda rápida sobre o fenômeno, favorecendo a compreensão dos processos de formação do psiquismo e de seus efeitos nas relações humanas.

Sobre a contribuição da autora, Cintra (2018) afirma:

Jessica Benjamin ajuda a refletir sobre as aporias e impasses, ampliando a compreensão da violência que nasce junto a todo laço de amor. A saída do impasse não se dá, entretanto, por meio de estados de separação ou simbiose cada vez mais radicais, mas pela sustentação do impasse entre reconhecimento e autoafirmação, e por uma forma de entrega mais profunda ao outro, diferente de mim. (p. 701)

Portanto, a insubmissão é vista como um processo (necessário) de separação que expressa o paradoxo que marca a subjetividade humana: a subordinação fundamental para o vir a ser do sujeito (Butler, 2017). Mais à frente voltaremos a falar sobre isso, cabendo agora destacar que os novos laços de amor são possíveis desde que o vínculo mãe-bebê constitua-se mantendo a tensão desses paradoxos: entre dependência e libertação, entre uma submissão necessária para a emergência da moldura psíquica e a insubmissão fundamental rumo à descoberta do mundo.



A criança teorizada por Freud é sábia, e sua sabedoria vem perturbar a conformidade da ordem civilizatória, revelando que somos todos constituídos à moda dos sonhos, ou seja, de ‘vastas emoções’ associadas à ‘pensamentos imperfeitos’, porque forjados por nossas paixões infantis.

Em *A criança insubmissa: a potência subversiva do gesto criativo*, Rafaela Paixão parte justamente dessa inspiração freudiana, aprofundando-a por meio de uma consistente pesquisa teórica aliada à extensa experiência com a clínica psicanalítica com crianças. Derivado de sua tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, seu livro tem justamente esta singular virtude: nele, a clínica é a grande motivadora das reflexões teóricas, o que contribui para a apresentação de um pensamento psicanalítico vigoroso e atual.”

Daniel Kupermann

Excerto do Prefácio

PSICANÁLISE

ISBN 978-65-5506-366-0



9 786555 063660



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

A criança insubmissa

A potência subversiva do gesto criativo

Rafaela Paixão

ISBN: 9786555063660

Páginas: 300

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2023
